

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.521 - PE (2018/0316993-8)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
SUSCITANTE : MARIO BARBOSA FILHO EIRELI - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : CARLOS GUSTAVO RODRIGUES DE MATOS - PE017380
EDUARDO AUGUSTO PAURÁ PERES FILHO - PE021220
DAVI CARNEIRO DUQUE DE GODOY E OUTRO(S) - PE037139
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE GARANHUNS - PE
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 23A VARA DE GARANHUNS - SJ/PE
INTERES. : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência suscitado por Mário Barbosa Filho Eireli - em recuperação judicial e Mário Barbosa Filho, com pedido de liminar, em face do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Garanhuns/PE, e do Juízo Federal da 23ª Vara de Garanhuns/PE.

Afirma ser uma das mais tradicionais empresas de Garanhuns, atuando, sob o nome fantasia “Magazine Pérola”, no comércio varejista há 46 anos, tendo como foco atual o mercado de consumo moveleiro, eletrônico, indumentário e de brinquedos infantis, sendo certo que, "no entanto, em que pese a sua solidez, a empresa, por razões que fogem à vontade do seu sócio e administrador, passa por uma crise econômico-financeira grave, que expõe dificuldades para manter regulares as suas atividades sociais e quites as suas obrigações junto aos mais diversos credores" e, nesse contexto, não restou outra alternativa que não fosse o pedido de Recuperação Judicial, distribuído para a 1ª Vara Cível da Comarca de Garanhuns/PE, e deferido em 16.9.2015, sendo determinada, com fundamento no disposto nos artigos 6º, caput, e 52, III, da Lei 11.101/05, a suspensão do curso das ações e execuções contra a devedora.

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado e devidamente homologado pelo Juízo da Recuperação, estando o suscitante cumprindo fielmente o que fora acordado.

Aduz que, a despeito dessa situação, "o despacho inicial proferido pelo Juízo Federal da 23ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco (Garanhuns/PE), ora Suscitado, nos autos da Execução Fiscal de nº 0807731-

22.2018.4.05.8305 (DOC. 07), determina que em caso de não pagamento da dívida exequendo, sejam penhorados bens de propriedade da Suscitante, conforme mandado anexo".

Sustenta, pois, que, com o deferimento do pedido de processamento da recuperação judicial, o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Garanhuns/PE tornou-se competente para o processamento de todas as ações ou reclamações de interesse da empresa, conforme disposto na Lei n. 11.101/05 e já decidido em diversas ocasiões por esta Corte.

Liminar foi deferida às fls. 254/258, sendo que os Juízos suscitados prestaram informações às fls. 269/285 e 294/297. Parecer do Ministério Público Federal às fls. 299/302 opinando pelo conhecimento do conflito, declarando-se competente o Juízo da recuperação judicial.

Eis os fundamentos pelos quais deferi a liminar:

A jurisprudência da Segunda Seção está consolidada no sentido de que não cabe ao juiz da ação executiva ordenar medidas constritivas do patrimônio de empresa sujeita à recuperação judicial, a despeito da literalidade da regra do art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/05, segundo a qual a tramitação da execução fiscal não é suspensa durante o procedimento de recuperação. Nesse sentido são, dentre outros, os recentes julgados:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL
NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AUSÊNCIA DE
OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO -
REDISCUSSÃO DO JUÍZO DO PROVIMENTO
JURISDICIONAL - EXECUÇÃO FISCAL - SOCIEDADE EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PRÁTICA DE ATOS
EXPROPRIATÓRIOS NO JUÍZO DA AÇÃO EXECUTIVA.

1. Os embargos de declaração, a teor das disposições do art. 535 do Código de Processo Civil, se prestam a esclarecer obscuridade, sanar contradição, eliminar omissão ou corrigir erro material porventura existentes na decisão embargada.

2. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material do acórdão embargado. Recurso dotado de caráter manifestamente infringente. Inexistência de demonstração dos vícios apontados, objetivando à rediscussão da matéria, já decida.

3. Embora a execução fiscal, em si, não se suspenda, devem ser obstados os atos judiciais que reduzam o patrimônio da empresa em recuperação judicial, enquanto mantida essa condição.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no CC 127.861/GO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/10/2015, DJe 05/11/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO FISCAL. PRÁTICA DE ATOS QUE COMPROMETAM O PATRIMÔNIO DA EMPRESA RECUPERANDA. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CF E DE DESRESPEITO À SÚMULA VINCULANTE N. 10/STF. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste ofensa à cláusula de reserva de plenário (art. 97 da CF) e desrespeito à Súmula Vinculante n. 10/STF na decisão que reconhece a competência do Juízo da recuperação judicial para o prosseguimento de execução fiscal movida contra a empresa recuperanda. Esta Corte Superior entende que não há declaração de inconstitucionalidade nesse caso, e sim interpretação sistemática dos dispositivos legais sobre a matéria. Precedentes.

2. Apesar de a execução não se suspender em face do deferimento do pedido de recuperação judicial (art. 6º, § 7º, da Lei n. 11.105/2005, art. 187 do CTN e art. 29 da Lei n. 6.830/1980), submetem-se ao crivo do juízo universal os atos de alienação voltados contra o patrimônio social das sociedades empresárias em recuperação, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.

3. No caso concreto, a edição da Lei n. 13.043/2014 - que acrescentou o art. 10-A à Lei n. 10.522/2002 e disciplinou o parcelamento de débitos de empresas em recuperação judicial - não descaracteriza o conflito de competência.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no CC 136.844/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/08/2015, DJe 31/08/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. EDIÇÃO DA LEI N. 13.043, DE 13.11.2014. PARCELAMENTO DE CRÉDITOS DE

EMPRESA EM RECUPERAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA MANTIDA.

1. O juízo onde se processa a recuperação judicial é o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda.

2. O deferimento da recuperação judicial não suspende a execução fiscal, mas os atos de constrição ou de alienação devem-se submeter ao juízo universal. Jurisprudência.

3. A Lei n. 11.101/2005 visa à preservação da empresa, à função social e ao estímulo à atividade econômica, a teor de seu art. 47.

4. No caso concreto, a edição da Lei n. 13.043/2014 - que acrescentou o art. 10-A à Lei n. 10.522/2002 e disciplinou o parcelamento de débitos de empresas em recuperação judicial - não descaracteriza o conflito de competência.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no CC 136.130/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Rel. p/ Acórdão Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/05/2015, DJe 22/06/2015)

Desse modo, os atos de alienação ou de constrição que comprometam o cumprimento do plano de reorganização da empresa somente serão efetivados após a anuência do Juízo da recuperação judicial, tendo em vista o objetivo maior da Lei n. 11.101/2005, que é o da preservação da empresa, da sua função social e do estímulo à atividade econômica.

Por outro lado, não se sujeitam os créditos tributários à deliberação da assembleia de credores, à qual submetido o plano homologado pelo juiz estadual.

O prosseguimento da execução fiscal e eventuais embargos, na forma do art. 6º, § 7º, da Lei 11.101/05, deverá se dar, portanto, perante o juízo da ação executiva competente, ao qual caberão todos os atos processuais, inclusive a ordem de citação e penhora, exceto a apreensão e alienação de bens.

Verifico que, no presente caso, encontra-se a suscitante em recuperação, tendo sido aprovado e homologado o Plano de Recuperação (fls. 128/133), estando o Juízo Federal da 23ª Vara de Garanhuns/PE expedindo ordens de indisponibilidade de bens e valores pertencentes à recuperanda (fls. 248/249).

Conforme já afirmado, as prerrogativas da Fazenda Pública devem ser observadas, não se podendo, contudo, deixar de considerar que a alienação de valores e bens pertencentes à empresa recuperanda

deve ser avaliada pelo Juízo da Recuperação, a quem incumbe dar a melhor destinação a esses ativos, garantindo o pagamento de maior quantidade de credores possíveis, segundo a ordem legal e o fiel cumprimento do Plano de Recuperação.

O Juízo Federal da 23ª Vara de Garanhuns/PE prestou informações afirmando que, de fato, determinou a penhora de bens ou valores da suscitante, não tendo sido, contudo, efetivada. Acrescentou que, em razão da liminar aqui deferida, determinou a suspensão das ordens de constrição.

Desse modo, necessária se faz a confirmação da liminar, a fim de que não sejam praticados novos atos de constrição de bens ou valores da suscitante durante o curso da recuperação judicial.

Em face do exposto, confirmo a liminar deferida e, com fundamento no artigo 957 do Código de Processo Civil de 2015, conheço do conflito para declarar competente para qualquer ato de constrição ou alienação de bens ou valores da suscitante, na execução referida nos autos, o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Garanhuns/PE.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora